

A INDEPENDÊNCIA E O PROCESSO DA DEFINIÇÃO DA IDENTIDADE MOÇAMBICANA

INDEPENDENCE AND THE PROCESS OF DEFINITION OF
MOZAMBICAN IDENTITY

RESUMO: Esta pesquisa visa mostrar a trajetória seguida pelo povo moçambicano no processo da conquista da sua independência, e na definição do projeto da construção da nação durante os 46 anos de independência. A pesquisa baseou-se na revisão hermenêutica da literatura disponível. Na teoria e na prática da elite política o entendimento sobre a diversidade, tradição, identidade moçambicana e Estado nacional sofreu nuances. No concerto anticolonial, foi consensualmente aceito por todos os atores da luta de libertação que a diversidade era inviável para fazer a luta. Mas, este fundamento perdeu a sua validade depois da proclamação da independência até ao início da década de 1990, quando unilateralmente a elite política combateu a diversidade, tradição e a etnia em nome da unidade nacional e modernização. A partir da década de 1990 estas categorias ganharam novamente a centralidade, mas agora como necessárias para a divisão do poder e a promoção da democracia e paz.

Henrique Francisco Litsure

PALAVRAS-CHAVE: Independência; Identidade; Diversidade; desenvolvimento.

ABSTRACT: This research aims to show the path followed by the Mozambican people in the process of conquering their independence and in defining the project of nation building during the 46 years of independence. The research was based on a hermeneutic review of the available literature. In the theory and practice of the political elite, the understanding of diversity, tradition, Mozambican identity and the national state suffered nuances. In the anti-colonial concert, it was consensually accepted by all the actors in the liberation struggle that diversity was unfeasible to carry out the struggle. But this foundation lost its validity after the proclamation of independence until the early 1990s when the political elite unilaterally fought diversity, tradition, ethnicity in the name of national unity and modernization. From the 1990s onwards, these categories gained centrality again, but now as necessary for the division of power and the promotion of democracy and peace

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

KEYWORDS: Independence; Identity; Diversity; Development.

Henrique Francisco Litsure ¹

Introdução

Pelas comemorações dos 46 anos de independência de Moçambique, o Grupo de Pesquisa África do Século XX, formado por docentes da UNEB e da UNILAB, organizou debates em mesas-redondas. Foi nesse contexto que se concebeu o tema “A independência e o processo da definição da identidade moçambicana”, como forma de honrar o convite formulado para minha participação neste debate. Do rabisco elaborado para guiar a comunicação oral, evoluiu-se para esta pequena análise com algumas supressões e acréscimos ao que foi apresentado oralmente. A conquista da independência em Moçambique e o processo da definição da identidade moçambicana, entendida aqui como sendo o “conhecimento de pertença a uma comunidade política moçambicana imaginada”, longe de serem entendidas como essências estáticas, são realidades socialmente construídas cuja trajetória se segue neste estudo.

A análise operacionaliza o tema em dois eixos, o primeiro é sobre a diversidade e o poder em Moçambique na perspectiva histórica. Aqui, para além da distinção e definição das duas acepções do conceito de diversidade, neste caso, a diversidade política e cultural articula-se à dinâmica do discurso e da prática dos intervenientes do processo libertador, e a uma tentativa de interpretação das razões dessas nuances discursivas e práticas no transcorrer da história. O segundo eixo tenta interpretar a conexão entre a independência, identidade e o local como referência para o desenvolvimento. Aqui procura-se analisar criticamente a ciência subjacente no projeto da nação em definição, e a sua relevância considerando a especificidade afro-moçambicana na qual está sendo implementado, bem como as suas implicações no desenvolvimento local.

Nesta análise a perspectiva histórica acaba prevalecendo, possivelmente devido a origem académica do autor. Há um recuo que se faz para o período da luta pela independência, na perspectiva de buscar, no movimento de libertação, qual foi a origem sociológica do governo formado com a proclamação da independência, a gênese dos modelos, das práticas e das orientações ideológicas. Este recuo permitiu perceber que as questões do centralismo e unicidade têm a sua pré-história no movimento de libertação. Para Maclili (1995, p. 391), isso tem as suas

¹ Doutor em Ciências Sociais, Especialidade de História dos Fatos Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP – ULisboa). Diretor Adjunto para Pós-Graduação, Pesquisa e

razões, pois a diversidade política era inviável para organizar e fazer a luta. Mas, este argumento perderá a sua validade depois da proclamação da independência, pois nesse período não foi somente a diversidade política que foi combatida, como também a diversidade cultural, aqui inclui-se também as etnias. Mas, esta análise, bem como os estudos de M'Bokolo (1993) e de Badi (2012), julgam ter sido erro grave a tentativa que se fez em Moçambique, assim como por boa parte do continente africano (no contexto das independências) da tentativa de liquidação dos grupos étnicos, pois estes, no contexto afro-moçambicano, são as unidades sociais de maior significado.

A diversidade e poder em Moçambique na perspectiva histórica

A centralidade dos conceitos supra apresentados, hoje aos 46 anos de independência de Moçambique, testemunha a relevância da sentença de M'Bokolo, em sua comunicação intitulada *Ethnie et Pouvoir*, que já possui 28 anos. Ele disse que "... a característica do homem político é agir sobre os processos." E continuou fundamentando que "Nós não podemos agir sobre as essências, nós podemos agir sobre os processos...". Isto significa que é possível acelerar, retardar ou interromper os processos, mas a essência permanece. O debate sobre a relação entre diversidade e poder em Moçambique ganhou novamente importância a partir da década de 1990 para cá. Diz-se "novamente" porque nas décadas de 1960, até a primeira metade dos anos 1970, tal questão foi tratada como uma das mais "quentes" pelos intelectuais e dirigentes da luta de libertação colonial portuguesa. É necessário desde já definir as duas acepções do conceito da diversidade aqui discutidas. Diversidade política "consiste na aceitação da viabilidade e pertinência de ideologia e estratégias diferentes ou divergentes como postulados do poder" (MACHILI, 1995, p. 391), ao passo que a diversidade cultural "consiste em tomar como princípio do exercício do poder os eco-sistemas geo-humanos e etno-culturais" (Ibid.).

No concerto anticolonial, a relevância da diversidade política foi postergada. Isto fez-se por consenso, que se concretizou pela criação da FRELIMO depois de assinatura de um protocolo que dissolvia as três principais organizações políticas existentes, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMU), União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e Mozambique African National Union (MANU), para os seus ex-membros se unirem e fundarem uma única frente. De fato, este esforço para a unidade foi conjunturalmente relevante. Aqui Machili (1995, p. 391) corrobora apontando que a diversidade política era inviável para organizar e fazer a luta; não contribuiria na identificação do inimigo

comum; a diversidade política esteve na base das clivagens e contradições da Frente; e atrapalharia o reconhecimento das organizações militantes pela independência nos fóruns internacionais e nas relações bilaterais.

Diferentemente, a diversidade cultural, durante a luta pela independência, era reconhecida e respeitada, mas não constituía o principal eixo da organização para atingir o objetivo da luta que se travava. Mas, da proclamação da independência até 1989 a diversidade cultural é, até certo ponto, obstruída pela FRELIMO, agora estabelecida no poder. Durante a luta armada, a Frente contou com a colaboração das chefias tradicionais e depositava nelas muito respeito. Quando a vitória foi alcançada, o governo tornou ilegal quase todas as instituições sociais, culturais e econômicas camponesas, o suporte do edifício tradicional, substituindo-as pelos Grupos Dinamizadores. Foram consideradas tribais, feudais, retrogradadas, obscurantistas, regionalistas, e por isso estavam condenadas a desaparecer.

Durante os 15 anos que se seguiram a proclamação da independência, período no qual vigorou o regime monopartidário, estas instituições tiveram que passar para a clandestinidade, por onde permaneceram a sustentar uma guerra silenciosa e por vezes manipuladas pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), durante a guerra civil por ela movida contra o governo. No discurso de Samora Machel e de quase toda a liderança da FRELIMO, era recorrente na época a frase de ordem de que “é preciso matar a tribo para construir a nação”, expressão inspirada no primeiro presidente ganês Nkwame Nkrumah. Este discurso dava entender que a diversidade cultural devia desaparecer porque era incompatível com a nação que se projetava.

Os dados estatísticos mostram que no ano da proclamação da independência em Moçambique, 95% da população moçambicana era analfabeta, uma vez que Portugal não havia se empenhado na formação dos nativos. É esta população, maioritariamente analfabeta, que compunha os Grupos Dinamizadores, com todas as responsabilidades incumbidas a este órgão pelo governo. E isto teve as suas consequências, obviamente contrárias às expectativas de muitos. Lundin (1995, p. 438) caracteriza este período como sendo de “esquizofrenia social”. De fato, houve neste período muita violência contra todo o tecido social de base tradicional. Em muitas comunidades das diferentes regiões do País, chefias tradicionais foram perseguidas e, em alguns casos, eliminadas fisicamente, assim como a autoridade comunitária de base tradicional como um todo (incluindo, para além dos chefes tradicionais, curandeiros, adivinhos, herbanários, especialistas de rituais).

Mesmo a Igreja foi atingida pela violência. Os pentecostalismos, ou African Indigenous Churches (AIC), bem como as Igrejas apostólicas foram seriamente perseguidos, alguns dos seus membros torturados, presos ou enviados para os campos de reeducação. Mesmo a Igreja Católica

e as missionárias históricas (protestantes) tiveram muitas restrições. Muitos dos seus bens e serviços foram confiscados e revertidos para o Estado. Algumas Igrejas das zonas rurais, as que estivessem a menos de dois quilómetros das instituições sociais públicas (escolas e hospitais) foram obrigadas a encerrar ou a se transferirem. E ainda assim, as suas atividades eram seriamente vigiadas pelos Grupos Dinamizadores.

A FRELIMO tentou, nesta fase, impor uma visão singular da vida às populações rurais moçambicanas, uma visão moderna, jacobina e fundamentada no marxismo-leninismo. Empenhou-se em descurar a prática sócio-cultural, real, das comunidades, principalmente as suas tradições, em nome da modernidade, incorrendo, por consequência, numa relação de antagonismo com os valores sócio-culturais que identificam a personalidade do homem, inserido no próprio universo sócio-cultural africano (LUNDIN, 1995, p. 438). Isto significa que a simbologia, os rituais, a medicina tradicional, que inclui a sua vertente herbanária (uso, de ervas e raízes para a cura) e psicológica (como a purificação, uso de amuletos para a proteção para o mau olhado, depressão, tristeza incontidas), que dá significado e estabiliza toda a estrutura social tradicional e campesina deveriam ser substituídas pela ciência e pelos valores assentes no marxismo-leninismo.

Tudo aquilo que eram práticas coerentes com o universo sócio-cultural do campesinato, e que compunha mais de 90% dos moçambicanos foi, por razões político-ideológicas, considerado obscurantismo, feudal, tribal, retrógrado e “desvios” daquilo que era aceite pela FRELIMO como opção de desenvolvimento, devendo assim ser combatido. Da cultura local só ficou o que pode ser classificado como folclore ou danças recreativas. Pelas razões mencionadas, faz sentido a constatação de Lundin (1995, p. 438), segundo a qual, “a sociedade viveu, durante cerca de 15 anos após a independência, na realidade, num estado de ‘esquizofrenia social’, pois, os mesmos indivíduos que proibiam as práticas tradicionais, eram os primeiros a praticar as ações consideradas práticas obscurantistas”.

A esquizofrenia social também consistiu no fato de os dirigentes da FRELIMO, insistirem em combater as suas referências nas quais eles próprios se reconheciam, em nome do poder e da modernidade. Isto, embora reconhecendo que a trajetória histórica do homem africano o tornou um ente que aloja no seu corpo e alma múltiplas identidades. Eles próprios continuaram a iniciar os seus filhos dentro dos modelos locais de comportamento, conservaram os seus cultos e veneravam os seus antepassados, e a sociedade também o fez. Foi isto que garantiu a vitalidade sócio-cultural, mas em contrapartida, a perseguição de gente comum para que não o fizessem, em defesa do projeto social formal de “homem novo” continuou como regra.

Na verdade, a perseguição promovida pela FRELIMO, nesta primeira fase da independência, tanto contra as Igrejas, assim como para as autoridades comunitárias com toda a

sua infra-estrutura sócio-cultural, não foi motivada simplesmente pela necessidade da modernização, mas acima de tudo, da necessidade de eliminação da concorrência na produção de visões do mundo (BALOI, 1995, p. 510). Assim, as Igrejas e as autoridades comunitárias, que são por excelência instituições produtoras de visões do mundo, vão sentir a sua liberdade de ação limitada devido a concorrência desigual de uma entidade que manipula o poder do Estado.

Quanto a diversidade política, nas vésperas da independência e durante o período pós-colonial, a análise atenta das instituições políticas moçambicanas mostra que elas primam mais pelo postulado da unidade política ou mesmo unicidade, ao passo que a diversidade é assumida depois de processos de sedimentação, cissiparidade e expansão horizontal, e passa, quase sempre, por conflitos, geralmente armados, sendo por isso produto de insurgências ou invasões externas. Depois da fundação da FRELIMO e do início da luta armada, houve conflitos internos que deram origem a assassinatos, dissidências e expulsões de membros, sendo uma das consequências, a fundação de tantas outras novas organizações concorrentes, algumas delas como o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), que chegou mesmo a competir militar e diplomaticamente com a FRELIMO. O COREMO chegou mesmo a desencadear operações militares em várias localidades da região Centro de Moçambique, como também contra as autoridades coloniais a partir da Zâmbia desde 1966. Em 1973 surgiu o Grupo Unido de Moçambique (GUMO); e em 1974 foi fundado o Partido da Convenção Nacional (PCN), ambos eram partidos liderados por ex-membros da FRELIMO que haviam sido expulsos ou eram dissidentes, e se propunham como opositores da Frente (LEONARD, 1974, p. 41, col. II; RTP, 01/04/ 2002). No entanto, a FRELIMO manteve-se firme e não se deixou ultrapassar por nenhum deles. Obviamente, a diversidade era inviável por razões já apresentadas no início.

Depois da formação de GUMO, Joana Simeão, uma das cofundadoras e dirigentes do partido, foi autorizada pelo regime do Marcelo Caetano a falar publicamente em Lisboa, colocando as principais ideias defendidas pelo seu partido, advogando o fim da guerra e a autonomia de Moçambique no quadro da federação com Portugal, à semelhança do que o General Spínola viria a preconizar depois do golpe de 25 de Abril de 1974 (LEONARD, 1974: 41, Col. II). Esta atitude foi vista pela FRELIMO, e pelos analistas da época, como tentativa discreta de Caetano na criação de grupos políticos africanos em Moçambique para deter a deterioração militar e a situação política. A ideia era de autorizar um pequeno número da elite intelectual africana para formar o embrião do partido político para frustrar o programa da FRELIMO de politização da população rural africana (GUARDIAN, 24/04/1974).

Durante as negociações de Lusaka, entre os representantes do governo provisório de Portugal e a FRELIMO, iniciadas a 5 de junho de 1974, a delegação portuguesa liderada por Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, apresentou a proposta preconizada pelo

General Spínola, de autonomia de Moçambique no quadro federal com Portugal. Esta proposta foi prontamente recusada pela FRELIMO, que exigia uma independência total e imediata e se declarou como representante autêntico do povo moçambicano na luta pela independência (LEONARD, 1974, p. 43, Col. I-II). Analisando a situação toda, pode-se concluir que o problema não é a diversidade, na verdade, as pessoas ou objetos incluídos ou excluídos têm geralmente muito mais em comum do que aquilo que os distingue. Daí que se possa concluir que a oposição e confrontação não é resultado das próprias diferenças, mas sim da luta por ter em exclusivo o que existe em comum ou que o outro possui. Liesegang (1998, p. 100) considera que a “oposição e confrontação não provêm de diferenças, mas da vontade de querer exercer autoridade sobre a mesma coisa, sobre o mesmo recurso, excluindo outros”. Daqui se pode dizer que a oposição “implica, igualmente, que há sempre bases possíveis para fazer paz quando a questão de gestão dos recursos está resolvida” (LIESEGANG, 1998, p. 100).

Desde o início da década de 1990, por causa da conjuntura política particular que se vive, novamente se discute muito sobre a etnia, medicina tradicional, questões do local e, principalmente sobre a diversidade cultural. Estas questões, se antes eram objeto de recusa, agora são percebidas como coisas necessárias. Quando a nova Constituição de 1990 admitiu o pluralismo social, político e econômico, e o AGP de 1992 garantiu a paz, muitos grupos étnicos até então não reconhecidos, começaram a reivindicar abertamente a sua representação no espaço público. A situação mais saliente de afloramento de particularismos nesta fase, foi o aparecimento de associações de matrizes étnico-regionais, entre as quais pode-se destacar o Movimento Cívico de Solidariedade e Apoio à Zambézia (MOCIZA), constituído pelos substratos étnicos macua-lomowe e chuabo da Zambézia; SOTEMAZA, que representa as províncias do Centro de Moçambique, isto é, Sofala, Tete, Manica e Zambézia, dominado pelo povo sena; Associação para o Desenvolvimento de Nampula (ASSANA), uma associação constituída pelos macuas; Associação dos Nativos e Amigos de Maputo ou Ngiyana ou ainda Nygana. Chichava (2008, p. 12) aponta o fato curioso de que por detrás destas associações existem antigos ou futuros dirigentes da FRELIMO. Estas associações entendiam que este seria o meio de tornar visíveis os substratos sociais, marcadamente étnicos e regionais, nos quais eles se sentiam mais inseridos, para depois reivindicar a maior inclusão no poder do Estado, que entendiam que estava nas mãos do substrato étnico tsonga-changana do Sul do país, dando como exemplo o fato de os altos cargos na FRELIMO, assim como no governo serem ocupados maioritariamente por elementos provenientes desse grupo étnico.

A etnia agora é moda, ela é reivindicada e exibida: preservar a etnia tornou-se um valor positivo que se pode reivindicar. Mais concretamente em termos de poder. Todos querem se apoiar na etnia para que ela imponha a sua marca nas instituições e no exercício do poder.

Preservar a cultura étnica é reconhecer a diversidade e isso implica transformar fundamentalmente a organização do Estado, de forma a dar os diferentes elementos que a diversidade implica o máximo de autonomia para que elas possam se governar por si próprias. O reconhecimento da diversidade deve se traduzir por uma espécie de revolução na organização dos poderes. E isso traz de volta toda uma série de questões como a descentralização, o federalismo, a nacionalidade e a identidade.

Independência, Identidade e o local como referência para o desenvolvimento

A proclamação da independência em 1975, constitui o culminar de um processo iniciado no princípio da década de 1960 pelos intelectuais moçambicanos que mobilizaram as massas para a formação de organizações políticas anticolonialistas, tendo jogado tudo, incluindo a violência para a conquista da independência do País. No concerto anticolonial, onde a ideia de independência e de projeção de um Estado nacional moçambicano despontaram, elementos provenientes de segmentos étnico-culturais diversos entraram em contato, identificando-se como vítimas da colonização e suas injustiças, e imediatamente celebrou-se o primeiro pacto de unidade para a liquidação do inimigo comum colonial. E, enquanto continuasse a resistir, constituiria o cimento da unidade de todas as suas vítimas.

Se bem que durante a luta de libertação a unidade constituía a arma para a conquista da vitória, depois da proclamação da independência a unicidade e centralização terá fundamentos ideológicos, geopolíticos, mas também egocêntricos. Consta no comunicado final da reunião dos comités distritais realizada em Mocuba, em fevereiro de 1975 que "...a Democracia centralizada é a arma para combater a anarquia e o liberalismo..." (FRELIMO, 1975, p. 6). No artigo 2º da primeira Constituição elaborada durante o Governo de Transição, Moçambique é concebido como uma república popular e Estado de democracia popular. Isto mostra que desde os primeiros momentos da independência a FRELIMO optou pela unicidade e centralização, o III Congresso realizado em 1977 apenas veio legitimar um fato já consumado. Esta centralização e unicidade acabou dando espaço para a legitimação da violência da RENAMO, alegadamente para reivindicar a democracia.

A etnia que constitui a principal unidade social coerente na cartografia geo-humana no panorama afro-moçambicano, foi representada por uma multiplicidade de atributos negativos: arcaísmo, repositório do tribalismo, passado e tradição. Nesta perspectiva, a tradição era encarada como algo oposto à modernidade e caracterizado pelo imobilismo e resistência à mudança. Portanto, a independência queria construir a modernidade e a modernidade foi, entre

outras coisas, a nação tal como funciona, ou tal como se acreditava que ela funcionava no Ocidente (M'BOKOLO, 1993, p. 4).

Para o governo, era necessário rejeitar as etnias, quebrá-las, para construir sobre os seus escombros a verdadeira nação. Na sua concepção da modernidade e da nação, a liderança política moçambicana havia se equivocado na interpretação do que significa a etnia e da sua dinâmica no contexto afro-moçambicano. Na verdade, a etnia para África constitui o lugar eleito para a construção do desenvolvimento tal como o é a nação para o Ocidente. É o espaço comunitário e identitário mais tangível. O lugar de gestação de conhecimentos endógenos. Ela não pode ser vista como estado da natureza, mas sim como processo. Como diz M'Bokolo (1993, p. 4), “as etnias têm história, elas estão dentro da história: elas não existem como coisas congeladas saídas da natureza prontas e dadas como estão para a eternidade. Elas nascem, desenvolvem-se e se misturam com as outras, como também podem desaparecer. Se isso aconteceu no passado, pode acontecer ainda hoje”.

Considerando que a etnia não é estática nem estéril, e por ela constituir para África e para Moçambique de modo especial, o repositório da identidade, conhecimentos endógenos e desenvolvimento, significa que a sua história representa um “longa metragem” de acumulação de experiência, transmitidas de geração em geração e de processos de adaptação, enraizamento e sobrevivência num determinado ambiente por longos períodos, tornando os seus membros exímios relativamente aos conhecimentos locais. Nesta óptica, e mesmo que obedecendo a princípios não convencionais, aqueles aceites pela racionalidade ocidental baseados na ciência e na tecnologia, os conhecimentos locais, com fortes ligações com uma tradição própria, inventariam e aplicam informações desenvolvidas localmente sobre as mais diversas realidades (NOA, 2009, p.2). Tais são os casos do domínio dos ciclos de produção, das estações, épocas, relação com a natureza, animais, plantas, técnicas de armazenamento, medicina tradicional, arquitetura, arte e culinária. Ainda é parte significativa e emblemática dos conhecimentos locais, o patrimônio cultural imaterial, tal como é o caso dos sistemas de crenças religiosas, os mitos, a língua, a educação, a literatura oral, os provérbios e os costumes.

A identidade nos processos de transmissão de conhecimentos locais, não se reflete apenas no seu profundo sentido social, mas como também no elevado sentido de preservação em que o compromisso de cada membro da comunidade, e desta no seu todo, implica um diálogo permanente com o passado, presente e futuro. Para NOA (2009, p. 3), “esse compromisso traduz-se pelo respeito devido aos mais velhos, à tradição e aos antepassados e a preocupação em incluir valores e referências fundamentais às crianças e aos jovens”.

Portanto, distorcer, subjugar ou desprezar o conhecimento acumulado pelos antepassados não significa simplesmente amputar uma componente substancial da identidade coletiva, como

também implica a redução drástica da capacidade interna para se situar num mundo cada vez mais competitivo, exigente e intolerante. Tal como diz NOA (2009, p. 3), “a ideia de coesão, que não pode representar, de modo algum, o desrespeito pelo direito de diferença, é um pressuposto essencial para realizar um projeto que se pretende coletivo. Não basta saber para onde se vai, é também fundamental saber de onde se vem para projetar melhor as estratégias e os caminhos a seguir.

Como não existe cultura inferior ou superior, mas culturas diferentes apenas, aqui pode-se provar comparativamente que tal como as teorias são grandes enunciados para a racionalidade ocidental, os provérbios representam para África grandes enunciados de apologias de trabalho, justiça, perseverança, coragem, moderação, comprometimento, liberdade, honestidade e desenvolvimento. O nobel da economia (1999) Amartya Sen, quando trabalha o conceito de desenvolvimento, estabelece uma ligação muito forte com a liberdade. Para Sen (1999, p. 14-15), “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo”.

A concepção de desenvolvimento preconizada por Sen, encaixa-se perfeitamente na realidade econômica afro-moçambicana, onde vigora o direito do uso da propriedade comunitária para a satisfação das necessidades, ao invés do direito de posse privada da propriedade que caracteriza a sociedade ocidental. Volvidos 46 anos de independência, será que o desenvolvimento medido na base de indicadores, em termos concretos, garante a liberdade cada vez maior dos moçambicanos da fome, pobreza absoluta, analfabetismo, morte por doenças curáveis e segurança? Para Sy apud Badi (2012, p. 27), “o retorno ao local, que é a raiz do continente; um retorno que simboliza a descentralização, pode contribuir para levar à África à altura dos demais continentes e permitir que ela faça parte, com toda a legitimidade, da gestão dos assuntos do mundo, a partir dos seus próprios valores de referência. É a única forma de fazer viver o local, abrir os espaços e libertar as iniciativas”.

O desenvolvimento torna-se genuíno e se transforma numa virtude para a satisfação do corpo e alma quando resulta da incorporação do que há de mais profundo na cultura local, mesmo que pareça retrogrado, e o que há de mais avançado em termos científicos e tecnológicos, que neste momento, o Ocidente, é líder incontestável. O Oriente tem sido testemunha nos nossos dias. Moçambique, assim como a maioria dos países africanos, apresenta um quadro bastante diversificado de conhecimentos locais. Esses conhecimentos vão desafiando as lideranças nos seus mais diversos níveis sobre a validade e encaixe nos eixos de desenvolvimento para o bem

comum. Enfim, seria imprudência negar as conquistas alcançadas durante os 46 anos de independência, em vários domínios em que se pode destacar a educação, saúde e assistência social. A independência e o Estado estão consolidados, mas sem que isso implique a falta de ameaças à sua integridade. A pirataria no mar, o uso das fronteiras nacionais bastantes porosas para o tráfico internacional de drogas, a criminalidade, as guerras intermitentes movidas pela RENAMO e o recente fenômeno de terrorismo em Cabo Delgado, constituem sendo as principais ameaças com quem o Estado tem se dado e conseguido sustê-las até aqui.

Conclusão

Portanto, pode se dizer que o pacto de unidade para a conquista de independência de Moçambique, conquanto fosse permeado por conflitos durante o processo da luta, foi um sucesso, mas não se pode dizer o mesmo em relação ao projeto da construção da identidade nacional moçambicana. Esta última equivale à identificação com a nação moçambicana, e a existência desta pressupõe a existência de uma cultura comum na qual os nacionais se revêm e assumem como sua, para provê-la de Estado. Durante a luta pela independência não houve aprofundamento desta questão. O debate em torno do projeto de Estado nacional foi sendo postergado durante a luta armada, para depois ser monopolizado por um setor da sociedade moçambicana que se julga a totalidade no período posterior a proclamação da independência e com prerrogativa de pensar e arquitetar a comunidade que devia ser imaginada por todos os moçambicanos. O projeto de sociedade e o modelo de desenvolvimento econômico, embasados no marxismo e na unicidade da primeira década e meia da independência, devem ser entendidos dentro desse contexto.

No momento da proclamação da independência, Moçambique tinha entre 8 a 12 milhões de habitantes, distribuídos em mais de 20 etnias constituídas por grandes grupos, pequenos ou sub-grupos. Isto significa que é uma população horizontalmente diversificada, atendendo que era constituída por:

- diferentes estruturas nas organizações sociais;
- diferentes línguas e processos de transmissão cultural;
- diferentes sistemas cosmológicos;
- diferentes habitats; e muitas outras diferenças.

Tudo isto devia se unificar em menos de uma década para que todos os moçambicanos adquirissem uma nova identidade, consubstanciada no novo projeto social do partido-Estado, denominado “Homem Novo”. Na sequência da realização do 3º Congresso da FRELIMO, em 1977, este se autoproclamou como um partido de orientação marxista e o único legal em

Moçambique. É aqui onde o projeto da criação de Homem Novo foi apresentado, e as linhas de orientação para a sua implementação. O moçambicano devia ser socialista, falante de português e vivendo na aldeia comunal. Todas as referências locais que haviam dado sentido à vida das comunidades, deviam ser abandonadas por bem ou por força porque eram feudais, obscurantistas, tribalistas, regionalistas, racistas e retrogradadas. Na interpretação da FRELIMO, o socialismo moçambicano devia se extrair da contradição das antigas referências camponesas, marcando assim a diferença com aquilo que tinha sido postulado por Marx ou por Rosa de Luxemburgo. Na reflexão sobre a identidade nacional no contexto contemporâneo, é preciso ter em conta que antes de ser cidadão, a condição *sine qua non* é ser, antes de tudo, humano. Homem do seu tempo, do tempo dos que o antecederam e dos que se lhe seguirão. E, antes de tudo, homem do seu lugar de pertença. A FRELIMO, ao monopolizar o Estado e se posicionar verticalmente com relação a diversidade, geralmente local e camponesa, assumindo os moçambicanos como neófitos, se esqueceu de que a identidade social local é o átimo da sua versão nacional, e confundiu a unicidade com a unidade na diversidade, que foi o fator essencial na conquista da independência.

O totalitarismo não cria indivíduos politicamente conscientes, mas sim massas populares amorfas onde o culto do chefe é uma prática característica. Mas isso não pode agradar a quem detêm o poder porque esta inconsciência e desinteresse políticos as torna bastante vulneráveis a manipulações que podem trazer consequências graves para a nação. A guerra sangrenta movida pela RENAMO contra o governo, que depois assumiu contornos civis, não passou de uma manipulação externa da juventude interna descontente, e depois do campesinato politicamente amorfo. A guerra de Cabo Delgado, na qual jovens locais orquestram matanças horrorosas de civis, crianças e mulheres, é também produto de manipulação externa de uma juventude politicamente inconsciente e descontente. É neste sentido que afirmo ser o “local” eleito como principal mecanismo para a gestação da identidade nacional. A nação deve ser pensada e construída a partir de África para os africanos, e não a partir do Ocidente nem do Oriente porque sobre estas matérias cada contexto é único. Badi (2012, p. 27) considera que o afro-federalismo pode ser uma alternativa viável, pois poderá garantir a proteção ao pluralismo étnico das sociedades africanas, ligado ao auto-desenvolvimento ou ao direito dos povos, ante o fracasso do jacobinismo introduzido pela colonização e perpetuado pelas elites pós-coloniais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADI, Mbuyi Kabunda. A dimensão cultural do desenvolvimento em África: cinquenta anos depois das independências. In: MANJATE, Teresa; BAVO, Carlos (Eds.). **Desenvolvimento e Diversidade Cultural em Moçambique: homogeneidade global, diversidade local.** (Conferência internacional). Maputo: CEA – UEM, 2012, p. 9-39.

BALOI, Obebe. Gestão de conflitos e transição democrática. In: MAZULA, B.; MACHILI, C.; MAIA, J. De (Orgs.). **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. 1ª ed. Maputo: Brazão Mazula, 1995, p. 501-527.

CHICHAVA, S. Por uma Leitura Sócio-Histórica da Etnicidade em Moçambique. **IESE**. V. 1, s/n, p. 1-21, 2008.

FRELIMO. Primeira Reunião Nacional dos Comités Distritais em Mocuba. **Tempo**. s/v, nº 240, p. 5- 20, 1975.

LEONARD, Richard. W. FRELIMO's victories in Mozambique. **New York Times, A Quarterly Journal of Africanist Opinion**. Vol. IV, nº 2, p. 38-46, 1974.

LIESEGANG, Gerhard. Territorialidades Sociais e Identidades com Referência a Moçambique. In: SERRA, Carlos (Dir.). **Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização**. Maputo: Livraria universitária da UEM, p. 99-150, 1998.

LUNDIN, Iraê. Partidos Políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático. In: MAZULA, B.; MACHILI, C.; MAIA, J. De (Orgs.). **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. 1ª ed. Maputo: Brazão Mazula, 1995, p. 423-472.

M'BOKOLO, Elikia. Ethnie et Pouvoir [Comunicação]. **1ª Conferência Nacional sobre Cultura**. Doc. 13/CNC/93, 12p, 1993. [policopiado].

MACHILI, Carlos. Unidade e Diversidade: Centralização e Descentralização no Processo Eleitoral 94 em Moçambique. In: MAZULA, B.; MACHILI, C.; MAIA, J. de (Orgs.). **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. 1ª ed. Maputo: Brazão Mazula, 1995, p. 377 – 421,

MARTIN, D. The Evangelical Protestant Upsurge and its Political Implications. In: BERGER, P. (ed.). **The Desecularization of the World: resurgent religion and world politics**. Michigan: The Ethics and Public Centre, 1999, p. 37-49.

NOA, Francisco. Papel do Conhecimento Local como Referencial Cultural e Factor do Desenvolvimento. [Comunicação]. In: MEC. **II Conferência Nacional sobre Cultura Maputo**. 2009. Doc. 2B. Maputo: MEC., 2009, 6 p. [policopiado].

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York: Rodom House, 1999.

DOCUMENTOS

GUARDIAN. (Jornal). Londres, 24 de abril de 1974, p. 4-7. Disponível em: <http://www.rtp.pt/indepen/home.htm>.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República Popular de Moçambique**. Maputo: Assembleia Popular, 1975.

RTP. Independência já! Uma história a pretos e brancos". 1973. In: **RTP**. (Audiovisual).

Recebido em: 09/10/2021
Aprovado em: 02/12/2021